

Agricultura familiar: nas veredas da transição

Jovania Maria Müller¹

Eros Marion Mussoi²

Paulo Emílio Lovato³

Resumo

A história recente da agricultura familiar demonstra uma série de processos de transformação que merecem atenção mais cuidadosa, na medida em que precisam ser entendidas as razões e a lógica subjacente à tomada de decisão dos agricultores na implementação das suas estratégias produtivas. A análise de diversos processos de transição, em um determinado território, resultado, seja da implementação do modelo da revolução verde, ou da ação específica de fomentos a partir da ação de agroindústrias, ou mesmo de ações de natureza local, que busca outras matrizes produtivas não convencionais, evidencia que a agricultura familiar, procura estratégias específicas de reprodução. Estas estratégias são observadas a partir de mecanismos específicos de ação coletiva ou mesmo de ação individuais, que representam, em maior ou menor grau, ajustes a situações conjunturais, como, por exemplo, o mercado. Na presente pesquisa fica claro no entanto, que os agricultores familiares não levam em conta um único parâmetro na tomada de suas decisões. O projeto familiar não se limita à sua dimensão e racionalidade econômica, engloba também a reprodução e a realização de outros valores e elementos localizados no âmbito do “mundo da vida” já que este tipo de unidade (familiar) não representa apenas um local de produção e trabalho, mas também um lugar que se vive. A lógica da agricultura familiar, por sua maior capacidade de cumprir com o papel da multifuncionalidade social, tem demonstrado estar mais próxima do ideário de uma agricultura sustentável.

Abstract

The recent history of family agriculture shows a series of transformation processes that deserves more attention, since it is necessary to understand the logic the decision-making process of family farmers, as they carry out their productive strategies. The analysis of several transition processes, in a given territory, resulting of from the establishment of the green revolution, model, or agribusinesses, or even from actions of local nature, in search of other “not-conventional” productive matrixes, demonstrates that family agriculture seeks specific reproduction strategies. These strategies start from specific mechanisms of collective action or even of individual actions, that represent, in a larger or smaller degree, adjustments to conjuncture

¹ Eng^a Agr^a, Msc em Agroecossistemas. Consultora da FEPAGRO Norte. FEPAGRO – R. Emílio Grando, 239, CEP 99700-000 – Erechim/RS. Fone/Fax: (54) 519 – 6652 (comercial). E-mail: jovania@st.com.br

² Eng^o Agr^o, Msc em Educação Agrícola e Extensão Rural, Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Técnico da Epagri e Professor da UFSC. Epagri – Rod. Admar Gonzaga, 1347, Bairro Itacorubi, CP 502, CEP 88034-901 – Florianópolis/SC. Fone (48) 239-5662 (comercial). Fax: (48) 239-5597. E-mail: Eros@epagri.rct-sc.br e mussoi@cca.ufsc.br

³ Eng^o Agr^o, Msc em Solos, Doutor em Ciências da Vida, Professor da UFSC. CCA/UFSC – Rod. Admar Gonzaga 1346, Bairro Itacorubi, CP 476, CEP 88040-970 – Florianópolis/SC. Fone: (48) 331-5435 (comercial). Fax: (48) 331-5341. E-mail: plovato@mbox1.ufsc.br

situations, as for example, the market. In the present research it is clear, however, that family farmers do not take into account a single parameter when making their decisions. Each family project is not limited to economical rationality, it also includes the reproduction and attainment of other values and elements placed in the scope of their lives, since this unit type (family) does not only represent a production and work site, but is also the place in which they live. The logic of family agriculture, for its largest capacity to play the role of social multifunctionality, has shown to be nearer to sustainable agriculture.

1. Introdução

O presente artigo foi produzido a partir de um estudo de caso, realizado no município de Santa Rosa de Lima/SC, caracterizado pela presença da agricultura familiar⁴. O objetivo deste trabalho foi fazer um resgate histórico das transições ocorridas na agricultura do município, destacando as razões e a lógica subjacente à tomada de decisão dos agricultores na implementação de suas estratégias produtivas. Neste sentido, o artigo procura destacar a importância de haver uma melhor compreensão desta lógica - a qual ultrapassa uma racionalidade essencialmente econômica – aspecto central no atual processo de transição, rumo a uma agricultura mais sustentável.

2. As transições da agricultura e o agricultor: protagonista ou espectador?

A análise da história agrária mundial, nos últimos cem anos, evidencia a existência de muitas transformações decorrentes principalmente da relação conflituosa do Homem com a Natureza. Este período histórico pode ser demarcado por dois grandes momentos que, segundo a interpretação de BUTTEL (1995), constituem-se em “transições agroecológicas”. A primeira foi caracterizada pelo advento da chamada “Revolução Verde”. Difundida em escala mundial a partir da década de 60, sua meta era o aumento da produção e produtividade agropecuária, assentando-se, para tanto, no uso intensivo de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, adubos de síntese química, agrotóxicos, irrigação e mecanização, gerando o que passou a ser conhecido como “pacote tecnológico”.

Este modelo produtivista levou, de fato, a um aumento da produtividade de algumas culturas, principalmente aquelas mais dinâmicas, destinadas à exportação. Paralelamente a isto, porém, surgiram vários problemas e impasses. Além do alto custo econômico de sua manutenção, a exploração excessiva da base dos recursos naturais levou a crescentes níveis de degradação e esgotamento dos solos, poluição das águas, intoxicações e contaminações de agricultores por agrotóxicos e perda da biodiversidade. Por outro lado, as políticas de desen-

⁴ MÜLLER, Jovania Maria. **Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (O caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC)**. Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

volvimento agrícola que viabilizaram a implementação deste modelo tecnológico foram direcionadas à modernização das grandes propriedades, aprofundando ainda mais as desigualdades e a exclusão social no meio rural, principalmente em se tratando dos agricultores familiares.

Nas últimas décadas, no entanto, a percepção e o aprofundamento destes impactos sócio-ecológicos têm levado ao questionamento e à crise do modelo produtivista, colocando em marcha a segunda transição agroecológica. Esta transição representa, portanto, um processo de “ecologização” da agricultura, manifestando uma crescente presença de valores ambientais nas práticas e políticas agrícolas, como também na opinião pública (BUTTEL, 1995).

A noção de sustentabilidade, surgida no contexto desta segunda transição, tem sido apresentada como “portadora” de soluções capazes de dar conta desta crise. No entanto, não existe consenso a respeito de sua real significação, dando margem a várias concepções e, assim, a diferentes estratégias de desenvolvimento. Para uma das correntes de pensamento, é necessário que um novo modelo de desenvolvimento agrícola e rural promova, além de níveis estáveis de produtividade, aliada à conservação dos recursos naturais, a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, com maior inclusão, participação e justiça social. Assim, o aspecto técnico-econômico estaria em maior equilíbrio com outras dimensões também presentes no “ato produtivo”, quer seja, a ecológica, a sócio-cultural e a política, visando a sustentabilidade no longo prazo.

De qualquer forma, a emergência e fortalecimento de diversos estilos de agricultura têm se caracterizado em contraposição ao modelo convencional de produção. Esses estilos têm sido denominados genericamente de “alternativos” ou de “agricultura sustentável”, dos quais se destacam: a agricultura de baixos *inputs* externos, a orgânica, a natural, a ecológica, a biodinâmica, a agroecológica e a permacultura, entre outras denominações.

Em Santa Catarina e em outras regiões do país, principalmente nos últimos anos, algumas destas experiências têm sido implementadas, com destaque para aquelas norteadas pelo enfoque da agroecologia, que têm sido mais difundidas no contexto da agricultura familiar, principalmente por iniciativa de ONG's (Organizações Não-Governamentais) e de agricultores, através de suas associações e entidades representativas e, mais recentemente, com o apoio de órgãos oficiais de pesquisa, ensino e extensão rural.

No entanto, apesar da existência destas experiências “alternativas”, a conformação final do processo de ecologização, rumo a uma agricultura sustentável ainda não está determinada a acontecer num sentido único, nem que haja garantias de sua ampla divulgação e implementação. Esta transição tem se mostrado muito complexa, haja vista a multiplicidade de fatores e variáveis envolvidas⁵. Assim, muitos são os desafios que se apresentam na construção de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável.

Um deles - e que é o ponto central de análise deste artigo - diz respeito aos principais atores sociais envolvidos neste processo, os agricultores. São eles, em última instância, os responsáveis pela tomada de decisão a respeito da gestão e do uso dos recursos naturais na agricultura, criando e recriando espaços agrícolas e sócio-culturais. Mas qual a concepção de ator social subjacente a essa nova concepção de agricultura e desenvolvimento sustentável? Qual o “espaço” e papel a ser desempenhado pelos agricultores, em especial, os familiares neste processo? Existe uma diferenciação em se tratando do modelo anterior?

Cabe lembrar que o modelo produtivista foi concebido dentro de uma visão cartesiana de mundo, de ciência e de desenvolvimento. Neste sentido, houve uma necessária articulação e adequação do ensino, da pesquisa e da extensão rural aos objetivos e propósitos deste modelo. Os currículos das escolas do ramo das ciências agrárias, as linhas e a estrutura de pesquisa, bem como a atuação dos extensionistas e demais profissionais da área foram norteados em conformidade com a forma “moderna” de fazer agricultura.

Assim, a pesquisa passou a ser mais direcionada por produtos, predominantemente àqueles voltados à exportação. Como as novas tecnologias foram sendo geradas em centros de pesquisa e experimentação, distantes da realidade, principalmente dos pequenos agricultores, os ambientes rurais precisaram, em sua maioria, ser modificados para se adaptar a estas novas tecnologias. O ensino, da mesma forma, passou a ser mais especializado, reforçando a visão reducionista e fragmentada do conhecimento e da ciência em áreas específicas, dificultando uma compreensão e abordagem mais ampla e sistêmica do processo produtivo.

A extensão rural e a assistência técnica, por sua vez, passaram a adotar um modelo difusionista, privilegiando questões de persuasão e recepção. Tido como “atrasado” e naturalmente resistente às inovações, o agricultor precisava ser convencido a aderir às novas tecnologias modernas. Quando a adoção não acontecia, geralmente o problema era com o agricultor, sendo que dificilmente as tecnologias, seu processo de geração e sua adequação às diferentes realidades eram problematizados (GUIVANT, 1992, baseada em ROGERS, 1969).

Neste contexto, as especificidades sócio-culturais, econômicas e ecológicas dos espaços rurais foram, na maioria dos casos, desconsideradas no processo. Em função disso, o agricultor, concebido enquanto sujeito passivo das ações, teve relegado seu conhecimento historicamente acumulado, assim como sua capacidade de inovação e adaptação e sua lógica de decisão e gestão da unidade familiar de produção.

Tendo isso como pressuposto, constata-se que é fundamental o contraste que é exigido na construção de um novo modelo de desenvolvimento e agricultura. Para haver a emergência da sustentabilidade, um dos fatores básicos é a efetiva participação dos agricultores neste pro-

⁵ Análises sobre estas questões podem ser encontradas em CAPORAL (1998), COSTABEBER (1998), MOREIRA (2000) e MÜLLER (2001), entre outros.

cesso⁶. Esta participação, no entanto, não deve se restringir somente à fase de implementação das estratégias de desenvolvimento. É preciso que os agricultores e suas comunidades tenham um espaço garantido e privilegiado, tanto na discussão e diagnóstico da sua problemática, como também nas decisões a respeito das soluções a serem implementadas e na avaliação dos resultados. Trata-se, fundamentalmente, de se criar as condições necessárias para que os agricultores sejam os sujeitos de seu próprio desenvolvimento, garantindo a sustentação política das ações e projetos locais.

No atual contexto, entretanto, grande parte dos agricultores familiares ainda pratica a agricultura convencional⁷, com maior ou menor intensidade quanto a utilização dos “pacotes tecnológicos”. E, ainda, há o caso daqueles que permanecem num sistema “tradicional”, os quais, em sua maioria, estão em processo de exclusão social e econômica.

Segundo GUIVANT (1992), na maior parte dos estudos sobre a temática da agricultura sustentável, há o equívoco de se pressupor que os agricultores estariam dispostos a realizar a transição mediante a percepção de suas vantagens, em combinação com recursos econômicos necessários, informações e assistência técnica adequada. No entanto, esta constatação é limitada, uma vez que nem sempre critérios científicos e técnicos são necessariamente óbvios aos agricultores ou de acordo com suas reais necessidades, vontades e perspectivas. Diante disso, é imprescindível que haja uma maior compreensão acerca das reais necessidades dos agricultores, seus valores, suas motivações e a lógica que orienta e dá sentido à suas decisões, seu modo de viver e de se relacionar com seu entorno físico e sócio-econômico. Ter melhor presente esta compreensão pode possibilitar a geração de referências e indicadores valiosos para subsidiar as ações da pesquisa, da assistência técnica e da extensão rural no apoio às iniciativas dos agricultores e suas comunidades.

3. Os agricultores familiares e sua lógica: em busca de uma compreensão teórica

Na reflexão sobre as razões e a lógica que orientam os agricultores familiares na escolha das suas estratégias produtivas, alguns trabalhos fornecem importantes contribuições.

Uma delas foi encontrada na área da antropologia econômica, através de um trabalho de BENNETT (1982), desenvolvido em uma região de pequenas propriedades, no oeste canadense, pobre em recursos físicos e financeiros. O estudo objetivou analisar a forma como ocorreu o processo decisório dos agricultores, dentro de uma concepção antropológica de gestão de unidades familiares de produção. A gestão agrícola é concebida pelo autor como sendo um sistema adaptativo organizado. O “sistema adaptativo” refere-se à mudança das práticas e

⁶Vários trabalhos apontam nesta direção: PRETTY (1995), MUSSOI (1998), CAPORAL (1998), COSTABEBER (1998) e MOREIRA (2000).

⁷Os termos “convencional” e “tradicional” (linha seguinte do parágrafo), são utilizados para demarcar dois sistemas de produção diferenciados. O primeiro pode ser identificado como mais próximo ao modelo produtivista da “Revolução Verde” e o outro, mais distante deste modelo, pela pouca ou nenhuma utilização dos pacotes tecnológicos, ou seja, “pouco modernizado”.

condutas de atores sociais que se movimentam em um meio social organizado, em um período de tempo determinado, na tentativa de realizar seus objetivos. O “organizado” traduz a idéia de que a unidade familiar de produção possui metas e regras que orientam a definição de suas atividades. Há, neste sentido, um certo grau de previsibilidade entre a organização da propriedade e os resultados esperados.

No entanto, nem sempre os membros da família estão em acordo com as regras e objetivos comuns a serem alcançados. Além disso, existem pressões que são exercidas pelo entorno físico e sócio-econômico que interferem na dinâmica do “sistema agrofamiliar”. Desta forma, a família recebe “sinais” emanados de diversas instâncias: de seus próprios membros, da comunidade, do mercado econômico, dos serviços de extensão rural e assistência técnica, das companhias privadas de insumos, etc. Estas influências podem funcionar como recursos, demandas, informações, incentivos, bem como restrições. O aspecto “adaptativo” do sistema envolve, portanto, um processo constante de ajustes entre conflitos internos resultantes de diferentes interesses e objetivos, bem como de pressões externas à unidade de produção familiar. Assim, as decisões e as estratégias implementadas são o resultado de um nexo adaptativo estabelecido entre o projeto familiar e as possibilidades objetivas de sua concretização.

Apesar das unidades familiares estarem inseridas, a exemplo das empresas capitalistas, em uma economia de mercado, isto não significa dizer que sejam movidas pelo mesmo tipo de “racionalidade”. Ao lado da busca de melhores ganhos econômicos, o agricultor familiar também se preocupa com a segurança da família, com seus desejos e expectativas e com garantir o futuro das próximas gerações, dentro de uma existência estável. Desta forma, ao invés de ser um maximizador de lucros, o agricultor familiar é, antes de tudo, um “produtor de satisfação”. Neste sentido, o autor organiza os vários fatores que influenciam a “tomada de decisão adaptativa” dos agricultores familiares em três grandes categorias: “os recursos físicos, fenômenos microssociais (família e comunidade) e fenômenos macrossociais (instituições de crédito e assistência técnica, mercados nacionais e internacionais, regulamentações e políticas governamentais, etc.)” (op.cit.: 4). O agricultor toma suas decisões e define suas estratégias produtivas levando em conta este ambiente complexo, permeado por múltiplos objetivos, expectativas, pressões e conflitos, buscando um equilíbrio entre os diferentes planos. Seus objetivos e estratégias são desenvolvidos, portanto, dentro de um meio mais complexo, que inclui, além do aspecto econômico, elementos de interação social, relações comunitárias e de simbolismo cultural.

De modo geral, o trabalho citado pode contribuir, em três importantes aspectos no estudo sobre o processo de tomada de decisões dos agricultores familiares. Por um lado, para a caracterização do “ambiente” onde se processa a tomada de decisões, dentro de uma abordagem antropológica da gestão em unidades familiares de produção. De outro, no sentido de

alertar para a importância de se analisar a escolha das estratégias produtivas não tendo como base categorias estritamente econômicas. Em adição, por destacar a necessidade de se compreender a trajetória percorrida pelo “sistema agrofamiliar”, incorporando a dimensão temporal neste tipo de estudo.

No entanto, considerando os objetivos deste tipo de estudo, um aspecto precisa ser melhor aprofundado e incorporado às argumentações de BENNETT. Trata-se de ir além da análise dos fatores do “ambiente” em que estão inseridos os agricultores e que influenciam as suas escolhas, ou seja, é preciso avançar na compreensão da lógica e das razões que orientam estas escolhas. Neste sentido, os trabalhos de SAHLINS (1979), WOORTMANN (1990), WANDERLEY (1999) e LAMARCHE (1993 e 1998) complementam a análise feita até então e dão conta do que se pretende.

O ponto central de SAHLINS está fundamentado na crítica ao dualismo estabelecido entre a “razão prática e a simbólica” e seu papel na estruturação das culturas humanas e, consequentemente, na ação social dos indivíduos. Segundo o autor, algumas correntes de pensamento advogam que a cultura deriva da atividade racional dos indivíduos, na perseguição de seus melhores interesses, usualmente na esfera econômica. Neste sentido, toda atividade, ação ou padrão de comportamento é essencialmente orientado por uma razão prática, a partir de seu interesse utilitário. A lógica subjacente, portanto, é que as pessoas, movidas pelo “utilitarismo”, buscam sempre a maximização das relações meios-fins, visando o maior proveito material possível. Tendo isto em vista, o interesse prático-econômico é aceito “como condição intrínseca e auto-explicativa, inerente à produção e portanto inevitável à cultura” (op. cit.: 227).

Em contraposição a tal concepção reducionista, o autor apresenta uma razão de outra espécie: a simbólica. Para tanto, parte do pressuposto de que a qualidade distintiva do homem é o fato de ele viver em um mundo material, mas de acordo com um esquema simbólico, criado por ele mesmo. Desta forma, “nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem”, ou seja, é a cultura que cria a utilidade, que institui o valor e o interesse (op. cit.: 189)⁸. O autor destaca, no entanto, que mesmo em condições materiais muito semelhantes, o sistema simbólico de uma sociedade, classe ou grupo social “nunca é o único possível”. Isto porque “as condições materiais, se são indispensáveis, são potencialmente ‘objetivas’ e ‘necessárias’ de muitas maneiras diferentes, de acordo com a seleção cultural pelas quais elas se tornam ‘forças efetivas’”. Assim, se as pressões de ordem material do meio natural e sócio-econômico interferem na conformação de

⁸O autor argumenta que a “utilidade” não é uma qualidade do objeto em si, mas, na verdade, “uma significação das qualidades objetivas” (op. cit.: 189). Para ilustrar esta afirmativa, dá o exemplo do uso das calças compridas pelos homens e as saias pelas mulheres, o que necessariamente não está ligado às propriedades físicas da roupa. O papel da cultura, desta forma, é classificar, organizar, dar sentido e significado às relações dos homens entre si e com a natureza. Em outras palavras, o homem “vê” o mundo através de sua cultura. Ela funciona, portanto, como “um filtro seletivo que organiza o meio ambiente, as relações sociais e, acima de tudo, a história” (op. cit.: 118).

um sistema cultural e, conseqüente na forma de agir e reagir das pessoas, por outro lado, não as determinam (op. cit.: 187).

À luz destas argumentações apresentadas, pode-se inferir que dentro de uma concepção antropológica de cultura, o “prático” também é “simbólico”. Em outras palavras, qualquer ação ou atividade prática não existe e não pode ser entendida em si mesma. Ela somente adquire sentido se for interpretada de acordo com um sistema de valores que compõem sua cultura. Assim, fica evidenciada a necessidade de se “romper” com uma perspectiva de análise “dicotômica” entre razão prática e simbólica, como se as pessoas em suas decisões e ações cotidianas fossem essencialmente movidas por uma ou outra espécie de “razão”. Trata-se, portanto, de considerar por um lado, a noção de coexistência ao invés de um confronto de “duas lógicas” governando a ação e, de outro, a necessidade de se ter em conta a importância da estrutura simbólica na definição da utilidade material das estratégias produtivas.

Distintas sociedades e, dentro delas, diferentes grupos e agentes sociais, podem produzir diferentes formas de “enxergar o mundo”, o que determina que um esquema simbólico “nunca é o único possível”. Os agricultores familiares também não constituem um grupo social homogêneo, pelo contrário, comportam diferentes formas, recobrando situações variadas e específicas. Como diria LAMARCHE (1993: 19), a agricultura familiar não é “um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade”. Como expressão dessa diversidade, os agricultores familiares também “produzem representações próprias, com elaborações significativas de seu próprio processo de trabalho que, embora aparentemente se apresentem desconexas, possibilitam o reconhecimento de algo em comum entre as suas múltiplas experiências” (CERQUEIRA, 1993: 12).

Este “algo em comum” foi buscado em diversos trabalhos e identificado de modo especial em WOORTMANN (1990), através da designação de “campesinidade”. De acordo com este autor, essa campesinidade, fundamentada por uma “ética camponesa”, expressa a existência de uma “ordem moral, isto é, de uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas” (op. cit.: 11). Trata-se, portanto de uma *qualidade* compartilhada e presente, em maior ou menor grau, no contexto da agricultura familiar, em diferentes lugares e tempos. Desta forma, a terra, o trabalho e a família, são concebidos de forma interdependente e nunca isolados, conformando categorias nucleantes, de valores e representações, que organizam um modo próprio de produzir, de viver e de se relacionar. A terra, neste sentido, não é vista como um simples fator de produção, uma mercadoria: ela adquire o significado de “patrimônio”. Um patrimônio que não visa apenas a reprodução material da família, mas representa também um território, lugar de vida e trabalho (WANDERLEY, 1999), de produção cultural da família enquanto valor e não simplesmente como um *pool* de força de trabalho. Assim, além de garantir a sobrevivência, no presente, as estratégias familiares visam manter a integridade e continui-

dade deste patrimônio através das gerações posteriores, constituindo-se em um dos pontos “de honra” para estes agricultores⁹. Esta campesinidade portanto, está referenciada em uma cultura própria, em um universo de representações que inspira o estabelecimento das estratégias de reprodução da unidade familiar baseadas em regras de parentesco, herança, migrações, diferentes formas de organização e comercialização da produção, entre outras (WOORTMANN, 1995).

Em LAMARCHE (1993) esta *campesinidade* pode ser também encontrada como característica essencial do “modelo camponês” do qual se originou a agricultura familiar brasileira e pode ser apreendida enquanto a conservação e transmissão de um *patrimônio sociocultural*. Este patrimônio expressa, além de um sistema de valores e representações, um “saber tradicional” construído e acumulado historicamente pelos agricultores frente aos desafios de seu cotidiano e que serve de “guia” para compreender o presente e projetar o futuro.

Assim, os agricultores familiares tomam suas decisões levando em conta duas referências centrais. De um lado, o patrimônio sociocultural de que dispõem e, de outro, as escolhas políticas e econômicas feitas pela sociedade de modo geral e que lhes dizem respeito. Cabe destacar, no entanto, que um “grau elevado” de campesinidade pode dificultar sua adaptação, face à dinâmica destas escolhas e às exigências colocadas por situações novas e diversas daí decorrentes. Por outro lado, a presença dessa campesinidade, pode ser justamente o fator decisivo para esta adaptação, possibilitando a permanência e a reprodução social das unidades familiares de produção. Neste sentido, e em acordo com LAMARCHE (1993 e 1998), o problema maior parece residir no fato da família estar localizada em um destes extremos, quer seja, estar desprovida ou, ao contrário, muito dependente deste patrimônio sociocultural, o que - no limite de ambas as situações - pode levar à expropriação da condição de agricultores.

4. As transições e as estratégias produtivas: o caso de Santa Rosa de Lima/SC

Considerando o foco de análise do trabalho de pesquisa, o município de Santa Rosa de Lima mostrou-se muito emblemático para as reflexões propostas¹⁰. Além de ser caracterizado desde sua origem pela presença da agricultura familiar, a história desta agricultura é marcada pela ocorrência do que se denominou de transições agroecológicas, quer seja, a modernização da agricultura tradicional, através do fumo e, mais recentemente, o processo de sua ecologização, através da proposta agroecológica, a partir da constituição de uma associação de agricul-

⁹WOORTMANN (1990) destaca, no entanto, que ao lado de concepções “morais/éticas” sobre a terra, pode conviver igualmente concepções de caráter utilitarista mercantil, sem que isso se caracterize uma contradição. Em outras palavras, não existe a expressão de uma “campesinidade pura”.

¹⁰ O município está localizado na mesorregião sul do Estado de Santa Catarina, distando cerca de 120 km da capital, Florianópolis. Em termos geográficos, está situado junto às encostas da Serra Geral e Vale do Rio Braço do Norte. Possui uma área de 154 km² e uma população próxima a 1900 habitantes, sendo que deste total, cerca de 80% ainda reside na zona rural. Do total dos estabelecimentos agrícolas, cerca de 69% possuem até 50 há. A maior parte destas propriedades está localizada em relevo acidentado, resultando, na média, em 60% da área como imprópria para a agricultura.

tores ecológicos, a AGRECO.

4.1. A colonização agrícola e a crise da agricultura tradicional

O processo de colonização de Santa Rosa de Lima foi iniciado em 1905, com a chegada de colonos alemães, que se instalaram em pequenas propriedades. A agricultura, genericamente denominada de “tradicional”, era caracterizada pela diversificação de cultivos, associada à criação de pequenos animais, atividades voltadas primordialmente para a subsistência familiar. As práticas de cultivo do solo eram todas feitas manualmente, tendo por base o sistema de “coivara” ou rotação de terras, herdado dos índios, antes de seu extermínio na região. Este sistema consistia na derrubada da floresta, queima e posterior plantio das culturas, que após um cultivo seqüencial por cerca de 2 a 3 anos era deixada em pousio para que a terra pudesse ser novamente usada, mantendo-se produtiva por um período maior de tempo. O pousio, em torno de 10 anos, variável em função do tamanho da propriedade, condições de relevo e a necessidade de seu uso. No entanto, se o pousio era praticado pelos agricultores em função desta lógica “prática”, quer seja, o aumento de produção e produtividade, sua utilização era também regida por um conteúdo “simbólico”, uma vez que, segundo os agricultores, a terra precisava “descansar”. Por outro lado, a representação que os agricultores fazem sobre este “descanso”, explicita a existência de um “saber”, de um conhecimento prático, construído através da observação e experimentação, fazendo parte de seu patrimônio sociocultural.

Embora a policultura tivesse sido adotada como estratégia central para garantir a reprodução do grupo familiar, o porco “macau”, animal de raça “crioula”, com maior aptidão para a produção de banha, era o principal produto destinado à comercialização, sendo o componente responsável pela dinâmica econômica e organizativa dos sistemas de produção¹¹. Sendo a banha o principal subproduto comercializado, os porcos eram criados “soltos” até o momento da engorda, quando então, eram colocados em chiqueiros onde permaneciam até o abate. Nesta fase, a alimentação básica consistia na “lavagem”, uma espécie de cozido de batata doce, mandioca, milho e abóbora. Desta forma, o roçado principal era ocupado com o plantio destas culturas, sendo as lavouras “secundárias”, em termos de tamanho de área, destinadas ao cultivo das “miudezas”, responsáveis pela manutenção da família. Como a disponibilidade de terras planas era pouca devido ao terreno acidentado, as terras de várzeas eram destinadas primordialmente para a moradia, as benfeitorias da propriedade, o pomar, a horta e para a criação dos animais. Havia a preocupação de localizar esta sede primordialmente próxima a riachos e vertentes para que se pudesse garantir o fornecimento de água aos animais. Às lavouras, portanto, restavam as demais áreas da propriedade, situadas geralmente nas encostas.

¹¹ Embora houvesse uma tendência dos colonos em fazer o maior uso possível do trabalho e da propriedade familiar na obtenção dos instrumentos de trabalho e dos meios de subsistência, era preciso produzir também para a comercialização, já que parte de suas necessidades era satisfeita somente na forma de mercadoria (sal, roupas, querosene, instrumentos agrícolas, etc.).

Embora a banha fosse considerada o “ouro branco”, tamanha sua valorização mercantil, os agricultores enfrentavam muitas dificuldades em sua comercialização, assim como na dos pequenos excedentes de produção agrícola. O isolamento geográfico do município, as condições precárias de estradas e meios de transportes, aliada à própria carência de canais de comercialização dos produtos, criavam uma forte dependência do agricultor com relação aos poucos comerciantes locais, que atuavam principalmente como “atravessadores”, o que lhes garantia a prerrogativa de estabelecer o valor tanto da compra como da venda dos produtos¹².

Apesar das muitas dificuldades enfrentadas, durante um bom tempo esta agricultura diversificada, baseada em um alto grau de auto-suficiência, garantiu a subsistência e a reprodução social das famílias. Além disso o comércio da banha possibilitou um pequeno ciclo de acumulação econômica. Embora esta agricultura estivesse baseada em sistemas de produção diversificados, a lógica de sua organização, como também as estratégias adotadas eram, de certa forma, partilhadas pela grande maioria das famílias, resultado da expressão de sua camponêsidade e de seu patrimônio sociocultural, elementos organizadores e ordenadores de um modo de vida específico.

A partir da década de 60, o preço da banha, assim como do porco “vivo”, começou a diminuir gradativamente e, conseqüentemente, a engorda de grandes lotes de animais aos poucos foi sendo reduzida. A maior parte dos agricultores buscou nos fatores externos a explicação para o declínio do sistema de produção do porco macau. O principal deles foi atribuído ao mercado, devido à entrada do óleo vegetal, que passou a ocupar o lugar da banha na dieta alimentar, principalmente das populações urbanas. Em decorrência disso, o sistema de integração agroindustrial passou a substituir o porco macau pelo “branco”, tipo carne, animal de baixa conversão em gordura.

Apesar da integração agroindustrial não ter sido um elemento direto na promoção da “modernização” agrícola de Santa Rosa de Lima, já que a grande maioria dos agricultores não optou por esta atividade, ela pode ser considerada o principal fator desencadeador da crise que obrigou os agricultores a buscar outras alternativas econômicas¹³. Assim, somente a partir dos anos 80, quando o fumo passou a ocupar o lugar central dos sistemas de produção da maior

¹² A partir dos anos 40, a abertura das primeiras estradas de acesso à Florianópolis, possibilitou a locomoção dos primeiros caminhões e o estabelecimento de uma pequena rede de comercialização, o que, no entanto, não resolveu a situação dos agricultores. A falta de maiores opções de comércio - com manutenção da relação de dependência mediante o fortalecimento dos comerciantes locais - e a remuneração pouco justa para seus produtos, permaneceram como dificuldades centrais para estes agricultores. Neste sentido, estas dificuldades foram um dos principais fatores que influenciaram a opção dos agricultores pela integração do fumo e, posteriormente, pela proposta agroecológica, através da AGRECO, conforme será visto mais adiante.

¹³ Esta atividade ficou mais concentrada na região de Braço do Norte, sendo pouco expressiva, em termos numéricos, no município. Além do aspecto econômico (necessidade de investimentos em instalações e precariedade das estradas), os agricultores levantaram outro elemento explicativo para este fato e que diz respeito à dinâmica de funcionamento das unidades de produção e à lógica e tradição cultural das famílias. A substituição do porco macau pelo “branco” representava profundas mudanças em sua forma “tradicional” de conduzir o sistema de criação dos porcos, em torno do qual estava organizada toda a unidade de produção familiar. O porco “branco”, como era destinado essencialmente à produção de carne, trouxe consigo a necessidade de se alterar a dieta alimentar básica, ou seja, de substituir o trato “úmido”, a lavagem – produzida no interior das propriedades -, pelo trato “seco”, milho e ração, esta última trazida de “fora”.

parte dos agricultores¹⁴, é que o município passou a vivenciar a sua primeira transição agroecológica, caracterizada pela passagem da agricultura “tradicional”, em direção à sua “modernização” (BUTTEL, 1995).

4.2. Do tradicional ao convencional: a transição “modernizadora”

A cultura do fumo, embora já conhecida pelos agricultores e plantada principalmente com o objetivo da confecção artesanal do “fumo de corda”, era pouco expressiva em termos econômicos e em volume produzido e também prescindia da utilização de insumos externos no seu cultivo. O fumo de estufa, no entanto, foi introduzido por intermédio da integração agroindustrial e difundido na forma de “pacote”, ou seja, a empresa fornecia todos os insumos necessário à produção (sementes, adubo químico e agrotóxicos), além da assistência técnica.

Embora os primeiros anos de seu cultivo tivessem demandado pouco uso de agrotóxicos, o surgimento de insetos e doenças, no decorrer do tempo, fez com que tanto a frequência das aplicações como também a concentração em princípios ativos das formulações dos produtos, passassem a aumentar cada vez mais. Com isso, as intoxicações eram rotineiras entre as famílias produtoras. A integração agroindustrial do fumo também alterou a própria organização e dinâmica da unidade de produção familiar. Uma das alterações centrais foi em relação ao trabalho dos membros familiares, que passou a ser exigido em maior proporção, ocasionando uma sobrecarga principalmente no momento da colheita, quando a atenção e os esforços são totalmente direcionados a esta operação¹⁵.

Mas o que fez com que grande parte dos agricultores de Santa Rosa de Lima optasse pelo cultivo de uma cultura como o fumo? Além das implicações e prejuízos à saúde humana e ambiental, do trabalho exaustivo e do fato do fumo não se prestar ao consumo humano nem animal, não era uma atividade que, segundo os agricultores, “se fazia com gosto...”

Um dos fatores explicativos podem ser “resgatados” da própria trajetória destes agricultores. Com a decadência da atividade do “porco macau”, poucas alternativas econômicas restaram aos agricultores, seja devido à própria dificuldade de escoamento da produção, seja pela baixa remuneração obtida quando era possível a venda de seus produtos. Desta forma, a sujeição ao cultivo do fumo deu-se principalmente na medida em que possibilitava um retorno econômico compensador, aliado à segurança de mercado, já que a empresa garantia a compra

¹⁴ A integração agroindustrial do fumo foi introduzida na região sul do Estado ainda em princípios da década de 50, através da empresa Souza Cruz. Embora em Santa Rosa de Lima as primeiras estufas tenham surgido no final desta mesma década e princípio dos anos 60, somente a partir de meados dos anos 70 é que a atividade de fato se expandiu, atingindo seu auge (em termos de agricultores integrados) por volta dos anos 80. Nesta época, outras fumageiras também passaram a atuar na região.

¹⁵ A auto-exploração familiar é uma das características básica da fumicultura, obrigando crianças e idosos a se incorporar na atividade. A utilização do trabalho destes membros familiares se aproxima da idéia de TEPICHT - apresentada por ABRAMOVAY (1992) - o qual as caracteriza de *forças marginais* ou *não transferíveis* da unidade produtiva. Ou seja, em unidades familiares, o essencial do trabalho é garantido pelos adultos que se encontram em plena força. O trabalho executados pelos outros membros familiares é feito em tempo parcial de forma complementar ou em atividades secundárias. Estas forças

de toda a produção. O fato de receber o pagamento “num bolo só”, por ocasião da entrega do produto, também possibilitava a realização de negócios maiores. Somado a isto, os incentivos financeiros obtidos através do crédito agrícola subsidiado para a construção das estufas e a ocupação da mão-de-obra familiar, foram os grandes “atrativos” para a adesão dos agricultores a uma atividade tão prejudicial à saúde e ao meio ambiente como o fumo.

Mas, e os agricultores que não realizaram esta transição, como justificaram esta posição? A razão apontada como central pelos agricultores nesta decisão foi a necessidade o uso dos agrotóxicos e o trabalho exaustivo exigido pela atividade. Para estes agricultores, a existência dos “aspectos positivos” apontados pelos fumicultores, não foi um argumento suficiente para servir de “atrativo”, perante estas desvantagens do fumo. Nem mesmo o maior retorno econômico da atividade.

Mediante estes depoimentos, pode-se inferir que a lógica subjacente ao processo de decisão destes agricultores que permaneceram num sistema mais “tradicional” não foi guiada por um utilitarismo, visando questões de ordem econômica, mas primordialmente por valores fundamentais como o resguardo da saúde e como forma de não exposição da família ao trabalho exaustivo exigido pela atividade. Ou seja, a existência da preocupação com o valor-família, que ultrapassa a sua percepção enquanto um simples *pool* de trabalho (WOORTMANN, 1990).

Por outro lado, isto não significa dizer que os agricultores que se integraram à fumicultura foram movidos exclusivamente por razões práticas utilitaristas. Embora o componente central tenha sido a possibilidade de um maior retorno econômico, a opção pela integração pode também ser analisada enquanto representativa de um “meio” para atingir o “fim” desejado: quer seja, o bem-estar familiar através da construção de uma casa melhor, de fazer investimentos na propriedade, possibilitar o estudo aos filhos, etc. Para outros, representou uma das poucas possibilidades de se manter na condição de agricultor em função da crise da agricultura tradicional, face ao movimento em direção à sua modernização¹⁶. Recuperando BENNETT (1982), poderia se dizer que esta é uma situação ilustrativa do agricultor “tomador de decisões adaptativas” frente às possibilidades que se colocam. Assim, muito mais do que um maximizador de lucros ele é, na verdade, um “produtor de satisfação”.

A integração agroindustrial do fumo, ao longo do tempo, promoveu outras importantes mudanças na base técnica e produtiva dos sistemas de produção de grande parte dos agricultores familiares do município, integrados ou não. Embora inicialmente a utilização do “pacote tecnológico” tenha se restringido à “modernização” da cultura do fumo, posteriormente seu uso foi estendido a outras culturas. No entanto, foi com a introdução do milho híbrido, a partir dos

são também designadas por *não transferíveis*, uma vez que seu aproveitamento em atividades fora do contexto da unidade produtiva dificilmente garantiria a subsistência familiar.

¹⁶Neste sentido e em acordo com WOORTMANN (1990:14), não existem “camponeses puros”, mas sim “uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade”.

anos 70, que de fato, a “lavração” e a diminuição (ou abandono) do tempo de pousio das terras, assim como a utilização dos adubos de síntese química, do calcário e de alguns tipos de agrotóxicos, atingiu um maior número de agricultores. A introdução deste milho na região deu-se a partir das lavouras demonstrativas, mecanismo largamente utilizado pelos técnicos da extensão rural (ACARESC), para o convencimento dos agricultores no uso da nova tecnologia¹⁷. No entanto, foi a partir da inclusão dos híbridos como cultura sucessora ao fumo que, de fato, seu uso tornou-se mais generalizado entre os agricultores, assim como dos herbicidas dessecantes. O uso destes produtos fez com que a “tradicional” operação manual de capina através da enxada ou do cultivador tracionado por boi, cedesse espaço a esta nova tecnologia¹⁸.

O milho comum sempre foi um componente importante para as propriedades familiares. Embora seu cultivo nunca tenha sido canalizado para a venda na forma de grãos, seu lugar dentro dos sistemas de produção sempre foi estratégico, seja em função de sua transformação em carne, banha, leite, manteiga e ovos, produtos importantes tanto para o consumo direto da família como na composição de sua renda. O milho também era utilizado na forma de farinha, para a confecção do pão de milho, um produto tradicional e indispensável à alimentação das famílias, uma vez que o trigo não era cultivado pelos agricultores. Ao incorporar o milho híbrido e o “pacote tecnológico” em seus sistemas de produção, o agricultor passou a ter que adquirir anualmente a semente e os outros insumos no comércio, necessitando de gastos adicionais com estes produtos, antes obtidos no interior da propriedade. Ademais do aspecto econômico, em torno do milho comum e dos sistemas de produção praticados por estes agricultores, havia também um conjunto de conhecimentos construído e acumulado pelos agricultores em seu cotidiano, tais como o domínio sobre o processo de obtenção da semente, suas características e usos específicos, além de outras práticas tradicionais de manejo e cultivo das plantas.

Apesar desta primeira transição agroecológica em Santa Rosa de Lima ter sofrido um processo de transição em direção à sua modernização, promovendo inclusive um rearranjo nas estratégias de reprodução nos diversos segmentos da agricultura familiar, isto não eliminou muitos de seus “traços tradicionais”, característicos de sua “campesinidade”. Esta modernização, portanto, foi “parcial”, tanto em relação à base técnica do processo produtivo quanto em

¹⁷Tratava-se da antiga ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina), hoje Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.). Maiores detalhes sobre a atuação da extensão rural no município podem ser encontrados no Capítulo III da dissertação (MULLER, 2001) e, em nível estadual, em MUSSOI (1998) e MOREIRA (200).

¹⁸Os agricultores eram incentivados pelas fumageiras a plantar o milho nesta sucessão, como forma de “aproveitar” os resíduos dos adubos químicos deixados pelo cultivo do fumo, consistindo assim, em uma “vantagem adicional” obtida com esta cultura. Como o milho era plantado logo após a colheita do fumo, por volta dos meses de janeiro a março, os inços eram controlados através do uso dos dessecantes. Esta sucessão fumo-milho, de modo geral, também passou a se associar à maior presença da atividade leiteira na propriedade, através da destinação do milho para a confecção da silagem. Assim, além de complementar a alimentação dos animais principalmente nos períodos mais críticos do ano, como é o caso do inverno, também visava aproveitar, ao máximo, a área do fumo, obtendo-se assim duas “safras” no mesmo ano agrícola. Além disso, o leite, transformado em

torno da organização do trabalho, mantendo a lógica familiar e a preservação de um sistema de valores, ordenador de um “modo de vida” peculiar. A diversidade de cultivos e atividades, principalmente em relação às “miudezas”, a presença do milho comum em mais de 80% das propriedades, a troca de dias de serviço com os vizinhos, a permanência de práticas tradicionais como a utilização do esterco, da capina com a enxada ou com o cultivador, do plantio com a matraca, a utilização predominante da tração animal, elementos estes presentes, em maior ou menor grau entre os agricultores, são alguns dos “indicadores” desta modernização parcial. Estes elementos, por sua vez, atuaram como “facilitadores” no processo de transição rumo à ecologização da agricultura, através da proposta agroecológica.

4.3. Do convencional ao agroecológico:

A partir do início da década de 80, as conseqüências da política nacional de restrições ao crédito agrícola começaram a se refletir no setor fumageiro. Além do repasse do aumento nas taxas de juros e dos custos de produção, principalmente dos preços dos insumos, as fumageiras passaram a diminuir a cotação do fumo, ocasionando a inadimplência e perda gradativa de renda dos produtores. Embora o fumo atualmente ainda seja cultivado em Santa Rosa de Lima, a estagnação do setor e mesmo o abandono do cultivo do fumo vêm acontecendo desde o início dos anos 90 e, de forma mais expressiva, a partir da safra 96/97.

Foi a partir desse quadro, que traçou o início de uma nova crise na agricultura, agora devido principalmente à estagnação da integração do fumo, que muitos agricultores foram buscar outras estratégias produtivas, visando garantir sua reprodução social. Estas alternativas foram encontradas, num primeiro momento, através da intensificação da produção leiteira. No entanto, foi a partir da proposta agroecológica que ocorreram as principais mudanças na matriz produtiva e sócio-econômica dos sistemas de produção de grande parte dos agricultores do município, caracterizando um processo de “ecologização da agricultura”, demarcando assim, a sua segunda transição agroecológica (BUTTEL, 1995).

Os indícios desta transição podem ser localizados ainda em meados dos anos 80. Nesta época, algumas famílias do município, ligadas por laços de parentesco, iniciaram uma experiência com a produção de mel e morango, atividades comerciais alternativas ao fumo. Em 1996, os proprietários de uma rede de supermercados, naturais do município, lançaram a proposta ao grupo no atendimento de um mercado em larga escala para a produção ecológica de hortaliças. Nesta conjuntura, surgiu a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO¹⁹. Em 1998, a AGRECO, através de recursos do PRONAF-Agroindústria

queijo, é que garantia a entrada regular de recursos na propriedade, uma vez que o recebimento do dinheiro do fumo era concentrado em um único período do ano.

¹⁹ Além dos produtos comercializados, toda a propriedade dos associados deve estar isenta de adubos de síntese química e agrotóxicos. No conjunto da associação, são produzidas cerca de 70 espécies de hortaliças. A partir da implementação do projeto das agroindústrias, outros produtos vegetais e animais também passaram a ser produzidos.

(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), deu início à implementação de 53 agroindústrias de pequeno porte. Além de Santa Rosa de Lima, agricultores dos municípios vizinhos, organizadas em grupos, foram igualmente incorporados à proposta, perfazendo, ao final deste ano, um total de cerca de 211 famílias sócias²⁰.

“Por que a opção pela AGRECO e pela proposta da agroecologia”? Foram várias as razões apontadas pelos agricultores que optaram por este caminho. Conforme já visto, os agricultores aderiram à cultura do fumo devido às vantagens oferecidas por intermédio das empresas do setor. No entanto, com o passar do tempo, estas vantagens, principalmente em se tratando do crédito agrícola e do maior rendimento obtido com a cultura, deixaram de ser percebidas como tal. Neste sentido, a segurança de mercado inicialmente oferecida em função do bom volume de vendas, e a remuneração dos produtos estiveram entre as principais razões que motivaram os agricultores, mesmo os que nunca se dedicaram à cultura do fumo, a realizar a transição para a proposta agroecológica²¹. Este fator pode ser considerado de suma importância na tomada de decisão destes agricultores, uma vez que, em acordo com o que foi analisado anteriormente, a falta de canais adequados de comercialização historicamente foi uma preocupação constante para estes agricultores.

A produção agroecológica de hortaliças também representou a oportunidade de entrar numa atividade que se adequava às condições ecológicas das propriedades, aproveitando pequenas áreas e a presença abundante de água, requisito importante para este tipo de cultura. Por outro lado, não se tratava de uma forma de produzir totalmente “nova”. A produção de hortaliças como também de outros produtos que posteriormente passaram a ser comercializados, sempre fizeram parte das “miudezas” e dos sistemas de produção da grande maioria dos agricultores, além das semelhanças com a “forma agroecológica” de produzir.

Ao lado destas razões prático-utilitaristas, contudo, é também preciso considerar outro aspecto. As desvantagens com a cultura do fumo, como o sobre-esforço familiar, aliado aos problemas de saúde devido a este trabalho exaustivo e em decorrência do uso dos agrotóxicos também passaram a contar como elementos centrais para o abandono da atividade. Assim, o “valor família”, aliado à possibilidade de poder produzir e ao mesmo tempo viver melhor, foram aspectos igualmente valorizados pelos agricultores em sua opção²².

²⁰A partir dessa iniciativa surgiu a idéia de investir no agroturismo. Com apoio de uma associação francesa da área, em 1999, por intermédio da AGRECO e de entidades parceiras, foi fundada a “Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia”. Além disso, foi inaugurada, também neste mesmo ano, uma cooperativa de crédito rural, a “Credicolônia”.

²¹O bom rendimento obtido inicialmente pelos associados da AGRECO (cerca de R\$ 500,00 mensais/membro familiar), somado à garantia por parte do governo federal, de destinação de recursos financeiros para a construção de estufas, das agroindústrias de pequeno porte e para a assistência técnica, serviram de “atrativo” na realização da transição, resultando no expressivo e rápido aumento do número de sócios da AGRECO, no final de 1998.

²²Se por um lado os agricultores tinham uma “percepção prévia” a cerca das “vantagens” da proposta agroecológica, sendo estas inclusive levantadas como elementos motivadores da decisão de associar-se à AGRECO, é interessante observar, no entanto, que estas vantagens foram melhor percebidas, de acordo com os próprios agricultores, a partir do momento em que as famílias passaram a praticar e a vivenciar a experiência em agroecologia.

E com relação aos agricultores que não se associaram à AGRECO, foi por falta de informações sobre a proposta agroecológica? Pelo contrário, as famílias, sem exceção, demonstraram em seus depoimentos não somente estar bem ao par da proposta, como também apoiam a iniciativa, principalmente pelo fato de não se utilizar venenos, contribuindo para a produção de alimentos saudáveis. Por outro lado, nenhum dos entrevistados levantou o aspecto técnico-produtivo da proposta agroecológica, como uma das razões por não ter realizado a transição. Os agricultores que nunca aderiram à cultura do fumo (aqui considerados como “tradicionais”) salientaram, inclusive, a semelhança com a sua forma de “fazer agricultura”. Quanto aos fumicultores, apesar de igualmente não apontarem esta questão como o empecilho principal para não adentrar na AGRECO, levantaram a substituição do adubo químico e da uréia pelo esterco como uma dificuldade, já que não haveria condições de se produzir o volume necessário para ser usado em toda a propriedade. Embora o uso dos agrotóxicos também tenha sido mencionada, já que sua eliminação aumentaria a penosidade do trabalho - principalmente em se tratando dos dessecantes - a maior parte dos agricultores afirmou que “se não existissem os venenos, a gente se virava sem”.

Assim, num primeiro momento, a postura destes agricultores foi mais no sentido de “observar os rumos da AGRECO”, para então tomar a decisão. No entanto, uma nova conjuntura, acabou influenciando estas famílias em não realizar a transição para a proposta da agroecologia. Esta conjuntura, surgida principalmente a partir da entrada repentina de um grande número de sócios, ao final de 98, acabou gerando uma série de impasses: dificuldades no pronto estabelecimento de novos canais de comercialização, em função do volume maior na produção, perda de produtos devido a desequilíbrios na relação entre demanda e oferta, inadimplência por parte dos mercados, acrescido de problemas burocráticos na liberação dos recursos federais para as estufas e as agroindústrias, o que acabou por ocasionar um clima de instabilidade e dificuldades econômicas para as famílias associadas²³.

Neste sentido, mesmo tendo consciência das vantagens em torno da proposta agroecológica, o obstáculo central levantado pelos agricultores, foi a falta de segurança para entrar na AGRECO e, principalmente, contrair dívidas junto ao Banco para investir financeiramente numa proposta que passou a apresentar muita instabilidade no momento da comercialização. Neste sentido, os fumicultores, de modo especial, mostraram-se “duplamente” inseguros. De acordo com os entrevistados, embora a empresa fumageira, pague pouco, garanta a compra do produto, o que já não vinha acontecendo com a produção agroecológica. Tratar-se-ia, portanto, de abandonar o fumo, uma atividade ainda considerada segura, apesar das dificuldades já discutidas anteriormente, para adentrar em outra que estaria apresentando ainda muitas incertezas,

²³ Ao mesmo tempo, esta conjuntura acabou “aflorando” as críticas e os conflitos existentes entre os associados e, principalmente destes em relação à diretoria da AGRECO, pela forma como foi conduzido este processo. Maiores detalhes sobre esta questão podem ser encontrados no Capítulo IV da dissertação (MÜLLER, 2001).

principalmente considerando o processo de comercialização. Isto, no entanto, não implica em afirmar que, para os agricultores não integrados, a entrada para a AGRECO representaria menos insegurança! Até mesmo porque, de modo geral, os fumicultores apresentam uma situação econômica mais confortável fazendo com que, em princípio, estivessem em melhores condições de arcar com o risco que os tradicionais, de forma geral, mais desprovidos de capital, seja na forma de dinheiro, benfeitorias, maquinário ou mesmo de oportunidades de acesso ao crédito bancário, etc.

Nesse sentido, embora o estudo tenha apontado para a existência de uma avaliação positiva quanto às vantagens e benefícios da proposta agroecológica, e mesmo uma predisposição por parte dos agricultores em realizar a transição, falta, no entanto, uma maior segurança nas condições oferecidas para o processo de mudança. A incerteza quanto às vendas e os riscos econômicos envolvidos na transição são, entre outros fatores, os principais obstáculos nesta direção. Isto ficou evidenciado, inclusive com relação aos associados da AGRECO, que apontaram a comercialização como a principal dificuldade enfrentada, superando inclusive os problemas técnicos relacionados à forma agroecológica de produzir.

Cabe destacar, no entanto, que esta questão não está ligada a uma simples lógica e racionalidade utilitarista quanto a obtenção de uma maior lucratividade com a produção agroecológica, ou mesmo de uma simples atitude de resistência à mudança. Trata-se fundamentalmente de assegurar a sobrevivência e a reprodução social e patrimonial do grupo familiar, já que a pouca disponibilidade em capital para amortizar possíveis perdas ou frustrações em relação aos investimentos realizados poderá, no limite, levar à expropriação da condição de agricultores. Desta forma, a situação de segurança, mesmo que signifique menor retorno econômico, mostrou ser preferida pelos entrevistados ao invés da aposta no risco, frente a contextos de mudanças que envolvem incertezas.

5. Agricultura familiar e sustentabilidade: desafios e perspectivas

A crise do modelo produtivista tem demonstrado a sua instabilidade, haja vista a amplitude dos desequilíbrios ecológicos, associados às desigualdades sociais e aos custos econômicos e energéticos de sua manutenção. Assim, por um lado há evidências concretas de desintegração do atual padrão tecnológico moderno e, por outro, uma visão compartilhada sobre a necessidade de se buscar outro estilo de desenvolvimento e de agricultura, mas condizentes com o ideário da sustentabilidade. Mas isto certamente não acontecerá sem conflitos, já que a sociedade é composta por diferentes grupos e interesses e que colocam em disputa distintas concepções e critérios operativos em relação aos novos “modelos” de desenvolvimento e de agricultura sustentável a serem implementados. Neste sentido, dependendo das opções a serem realizadas pela sociedade, a “marca social” de um novo modelo de desenvolvimento rural

sustentável, poderá vir a ser a agricultura multifuncional, mais próxima aos pressupostos da emergente agroecologia e com destaque para os agricultores familiares neste processo.

O conceito de multifuncionalidade (CAZELA & ROUX, 1999), trata de avançar no papel básico a ser desempenhado pela agricultura, ou seja, a produção de alimentos e fibras, aliada à conservação dos recursos naturais, já que isto não mais trataria de uma simples opção colocada à sociedade, senão de um imperativo ecológico. Este conceito procura chamar a atenção para outros papéis fundamentais do setor agrícola dentro de uma concepção mais ampla de sustentabilidade requerendo, para tanto, uma redefinição das funções sociais da agricultura. Assim, além da demanda social proteção ao ambiente e à saúde, outras atribuições recairiam sobre a agricultura, ou seja, a de geração de emprego, renda e serviços no meio rural, de segurança alimentar, de combate à pobreza, com maior equidade e inclusão social. Por outro lado, a valorização da representação social e simbólica da Natureza exigiria a reconstrução de paisagens mais “humanizadas”, com a preservação e resgate de seus atributos ecológicos e sócio-culturais, constituindo-se em espaços não somente de trabalho e produção, mas também de melhor qualidade de vida, cultura e lazer para as comunidades locais e urbanas.

Neste contexto, muitos autores são unânimes em afirmar que se a escolha da sociedade for pela agricultura multifuncional, a agricultura familiar deverá ser contemplada como o ator social privilegiado, por reunir as melhores condições no seu atendimento. Assim, a maior ocupação de mão-de-obra, maior intimidade entre questões de trabalho e gerenciamento de sistemas de produção complexos, melhor adaptação de tecnologias alternativas por trabalhar em áreas menores, maior biodiversidade ecológica e cultural, maior flexibilidade e agilidade no atendimento de uma demanda de produtos diferenciados e a presença de um patrimônio sócio-cultural, constituído por experiências, valores e conhecimentos acumulados, são alguns dos atributos que, em menor ou maior grau, estão presentes na produção familiar, e que poderão credenciá-la a desempenhar este importante papel, em benefício do conjunto da sociedade (LAMARCHE, 1993; JEAN, 1994; VEIGA, 1996; CARMO, 1998; BRANDENBURG, 1999).

Considerando o atual contexto de ecologização da agricultura, não se pretende afirmar que a sustentabilidade seja uma qualidade ou uma característica inerente à agricultura familiar. O que se pretende destacar é o fato de que é possível localizar, neste segmento heterogêneo chamado “agricultura familiar”, elementos de permanência, de continuidade e de unidade de um modo de ser. E são estes elementos e sua capacidade de adaptação e resistência, representados no conjunto pelo seu patrimônio sócio-cultural, que podem atuar em seu favor no processo de transição e de emergência de uma agricultura sustentável e multifuncional.

A essencialidade destas idéias pode ser ilustrada pelo pensamento de JEAN (1994), o qual destaca que, “se tomamos em consideração o que é o modelo de agricultura sustentável, é aí que podemos ver que a agricultura familiar sempre esteve mais próxima do modelo e que

ela pode então voltar a ele ou aproximar-se dele mais facilmente”.

6. Considerações finais

A pesquisa evidenciou que os agricultores não levaram em conta um único parâmetro com orientador de suas decisões, muito embora um ou outro elemento possa ter exercido uma influência maior na realização ou não das transições analisadas. O ambiente político-institucional e econômico ligado ao setor agrícola é um fator que interfere na organização e gestão dos sistemas produtivos dos agricultores familiares. No entanto, ele, por si só, não determina a trajetória e a conformação destas transições da agricultura em uma única direção. Neste sentido, além de se considerar a influência do meio macrossocial, é necessário levar em conta as especificidades e a dinâmica sócio-política e econômica local. Outro fator explicativo deve ser encontrado no próprio funcionamento interno das unidades familiares de produção, através da compreensão dos elementos que orientam a lógica e a tomada de decisão dos agricultores e que também determinam sua conduta e comportamento mediante a realidade em que estão inseridos.

A decisão em realizar ou não as transições em Santa Rosa de Lima foi tomada pelos agricultores em um meio complexo, em que os “sinais” emanados pelo ambiente externo (política de crédito, assistência técnica, pesquisa, mercado, empresas do setor, tendências dos padrões e valores societários, etc.) funcionaram como restritores ou oportunizadores para a concretização dos objetivos e do projeto familiar. Este projeto, embora vise garantir a sobrevivência e a busca de melhores condições de vida para o grupo familiar, não se limita à sua dimensão e racionalidade econômica. Engloba também a reprodução e a realização de outros valores e elementos localizados no âmbito do “mundo da vida”, já que a propriedade não representa apenas o lugar que se produz e trabalha, mas também o lugar que se vive. Neste sentido, razão prática e simbólica não são dimensões separadas, mas ambas estão imbricadas na concretização do ato e do espaço produtivo. Desta forma, a lógica das decisões e da conduta dos agricultores familiares, são expressadas na forma de estratégias adaptativas, já que a concretização do projeto familiar é intermediada pelas condições objetivas que lhes são apresentadas.

O atual movimento em direção à ecologização da agricultura, pressupõe a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural, subordinado aos interesses e em benefícios do conjunto da sociedade, em acordo com o ideário da sustentabilidade. Desta forma, há a necessidade de se legitimar as formas sociais que sejam mais adequadas a este contexto. A agricultura de lógica familiar, por sua maior capacidade de cumprir com o papel da multifuncionalidade, tem demonstrado estar mais próxima ao ideário de uma agricultura sustentável.

7. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1991.
- ALMEIDA, Mauro. W. Barbosa de. "Redescobrimdo a família rural". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Brasiliense, v. 1, n.º 1, jun., 1986.
- BENNETT, John W. **Of time and the enterprise: North American family farm management in a context of resource marginality**. Minneapolis: University of Minesota Press, 1982.
- BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.
- BUTTEL, Frederick H. "Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar". In: **Agricultura y Sociedad**, n.º 74, ene/mar, 1995.
- CAPORAL, Francisco R. **La extensión agrária del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (Tesis Doctoral). Universidad de Córdoba, España, 1998.
- CARMO, Maristela S. do. "A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável". In: FERREIRA, A. & BRANDENBURG, A.: **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- CAZELLA, Ademir A. & ROUX, Bernard. "Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional". In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.º 13, out., 1999.
- CERQUEIRA, Regina C. **Estratégias de integração agroindustrial: os agricultores familiares e a Aracruz Celulose na Zona da Mata Mineira**. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1993.
- COSTABEBER, José A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (Tesis Doctoral). Universidad de Córdoba, España, 1998.
- GUIVANT, Julia S. **O uso dos agrotóxicos e os problemas de sua legitimação: em estudo de sociologia ambiental em Santo Amaro da Imperatriz/SC**. Universidade de Campinas (Tese de Doutorado), 1992.
- JEAN, Bruno. "A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna". In: **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v. 6, 1994.
- LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP, vol I, 1993.
- LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, vol II, 1998.
- MOREIRA, Janine. **La dimensión educativa de la extensión rural en el contexto de la agroecología: las relaciones entre los saberes tradicional y moderno**. Facultad de Ciencias de la Educación (Tesis Doctoral). Universidad de Córdoba, España, 2000.
- MÜLLER, Jovania Maria. **Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (O caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC)**. Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- MUSSOI, Eros M. **Integración entre investigación y extensión agraria en un contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo: el caso de Santa Catarina, Brasil**. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (Tesis Doctoral). Universidad de Córdoba, España, 1998.
- PRETTY, Jules. **Regenerating agriculture. Policies and practices for sustainability and self-reliance**. Londres: Earthscan, 1995.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. " Raízes históricas do campesinato brasileiro". In: TEDESCO, J. C. (org.): **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral". In: **Anuário Antropológico**. Brasília: UnB, n. 87, 1990.
- WOORTMANN, Ellen F. "Teorias do campesinato e teorias do parentesco". In: **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec; Brasília: EDUNB, 1995.
- VEIGA, José Eli da. "Agricultura familiar e sustentabilidade". In: **XX Encontro Nacional da ANPOCS**. Caxambu, 22 a 26/10, 1996.